



## **PARECER JURÍDICO DE INSTRUÇÃO**

**Proposição: Projeto de Lei nº 216/2025**

**Autoria: Poder Executivo Municipal**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação, no valor de R\$ 10.466.595,41 (dez milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos), na forma em que especifica abaixo.

Análise de constitucionalidade formal e material, competência legislativa municipal, iniciativa, legalidade e técnica legislativa do Projeto de Lei Ordinária nº 216/2025, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar com base em excesso de arrecadação. Projeto formal e materialmente constitucional, adequado à competência legislativa local e à iniciativa privativa do Executivo, compatível com a legislação infraconstitucional vigente, embora apresente deficiências de técnica legislativa em desconformidade com os parâmetros da Lei Complementar nº 95/1998.

### **Do relatório.**

1. Submeteu-se à análise desta Assessoria Jurídica o Projeto de Lei Ordinária nº 216/2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo do Município de Corbélia, que tem por objeto a autorização legislativa para abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente, com base em excesso de arrecadação, no valor total de R\$ 10.466.595,41.

2. O crédito suplementar destina-se ao reforço de dotações orçamentárias vinculadas à Secretaria Municipal de Agricultura e à Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas, conforme detalhamento das atividades e fontes de recursos apresentados no corpo do art. 1º.

3. O art. 2º do projeto indica que os recursos necessários à cobertura do crédito suplementar provêm de transferências voluntárias estaduais formalizadas por meio dos Convênios nº 740/25 da SECID e nº 643/25 da SEAB, conforme autorizado pelo art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320/1964.

4. Os arts. 3º e 4º estabelecem a necessidade de adequação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO – Lei Municipal nº 1249/2024) e do Plano Plurianual (PPA – Lei Municipal nº 1151/2021), respectivamente.

5. O art. 5º fixa a vigência da autorização orçamentária até 31 de dezembro de 2025, enquanto o art. 6º dispõe que a norma entrará em vigor na data de sua publicação.

6. A Mensagem Justificativa apresentada pelo Prefeito destaca a origem dos recursos por meio de convênios estaduais e ressalta a necessidade de suplementação das dotações para viabilizar a execução das obras de pavimentação previstas no exercício financeiro de 2025.



É o relatório.

#### **Dos requisitos formais.**

7. Do ponto de vista da constitucionalidade formal, a proposição encontra respaldo nos arts. 165, §8º, e 30, I, da Constituição Federal, que conferem ao Município competência para gerir seu orçamento e estabelecer normas sobre assuntos de interesse local.

8. A Lei Orgânica do Município de Corbélia reitera essa competência nos arts. 9º e 11, atribuindo ao Executivo municipal a prerrogativa de propor alterações orçamentárias, inclusive para abertura de créditos suplementares.

9. A iniciativa do projeto é válida e regular, tendo em vista tratar-se de matéria orçamentária cuja propositura compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 46, IV, da Lei Orgânica Municipal. Não se verifica, portanto, vício de iniciativa.

10. A espécie normativa adotada, projeto de lei ordinária, é adequada à natureza da matéria, que não exige a forma de lei complementar, por não implicar criação de tributos, instituição de regime jurídico ou outras matérias reservadas.

#### **Da materialidade da proposição.**

11. Sob a perspectiva material, a proposição está de acordo com o sistema constitucional e com as normas infraconstitucionais que regem a administração orçamentária pública.

12. A abertura de crédito suplementar fundada em excesso de arrecadação está autorizada pelos arts. 41, inciso I, e 43, §1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 1964, sendo o instrumento legal apropriado para ajustes no orçamento público diante da maior disponibilidade de recursos vinculados, especialmente no caso de transferências voluntárias oriundas de convênios estaduais.

13. A proposição não afronta princípios constitucionais, tampouco há incompatibilidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal ou com outras normas legais pertinentes à execução orçamentária.

14. A exigência de adequação das peças orçamentárias (PPA e LDO) demonstra atenção à coerência normativa entre planejamento e execução financeira.

#### **Da técnica legislativa**

15. Apesar de materialmente regular, a proposição apresenta deficiências de técnica legislativa que comprometem sua conformidade com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, especialmente quanto à clareza, precisão e estrutura normativa.

16. A ementa é excessivamente detalhada, com inserção do valor por extenso e expressões genéricas como “na forma que especifica abaixo”, o que compromete a concisão exigida pelo art. 5º da LC nº 95/1998. Recomenda-se a sua reformulação para explicitar de forma objetiva e



***Câmara Municipal de Corbélia***  
***Assessoria Jurídica***

direta o conteúdo da norma.

17. O art. 1º contém elementos excessivamente técnicos (como códigos de dotações e fontes de recurso) que dificultam a leitura do dispositivo principal. Conforme o art. 11 da LC nº 95/1998, recomenda-se que essas informações constem em anexo normativo próprio, com referência expressa no texto legal.

**Conclusão.**

18. Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica conclui que o Projeto de Lei Ordinária nº 216/2025 é formal e materialmente constitucional, observa a competência legislativa municipal, tem iniciativa válida e adequada espécie normativa, além de estar compatível com as normas infraconstitucionais aplicáveis.

19. Todavia, recomenda-se que sejam sanadas as seguintes inconsistências de técnica legislativa: simplificação da ementa; e deslocamento das informações técnicas constantes do art. 1º para anexo. Tais ajustes visam aprimorar a redação normativa, em conformidade com os princípios da clareza, precisão e organização lógica exigidos pela Lei Complementar nº 95/1998.

20. Registra-se, por fim, que este parecer possui natureza técnico-jurídica e caráter opinativo, competindo exclusivamente às Comissões Permanentes e ao Plenário da Câmara Municipal de Corbélia a análise quanto ao interesse público finalístico, à conveniência e à oportunidade da proposição, bem como à decisão sobre sua aprovação.

É o parecer.

Corbélia/PR, 04 de dezembro de 2025.

*original assinado*  
**Luís Henrique Lemes**  
Assessor Jurídico – OAB PR 43.485